

Corredor Logística e Infraestrutura S.A. e Controlada

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (“CLI” ou “Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Corredor Logística e Infraestrutura S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Adições e capitalização de gastos no ativo imobilizado

Por que é um PAA?

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia incorreu no montante consolidado de R\$168.276 mil referente às adições ao ativo imobilizado durante o exercício, sendo R\$163.973 mil de sua controlada CLI Sul S.A., relacionados principalmente ao plano de modernização das operações do Porto de Santos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria pela relevância dos valores envolvidos nas adições do exercício, a utilização de premissas e julgamentos na determinação de capitalizações de juros, bem como a manutenção de controles por parte da Administração.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro e controle desses ativos, incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo imobilizado; (ii) teste de desenho e implementação dos controles de capitalização e classificação do ativo imobilizado; (iii) a realização de testes documentais em base amostral sobre as adições ao ativo imobilizado, com o confronto das notas fiscais com os contratos de prestações de serviços e/ou pedidos de compra relacionados; (iv) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo imobilizado, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os montantes de capitalização de gastos reconhecidos no ativo imobilizado, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as respectivas salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	52.247	200.031	651.631	354.528	Fornecedores	12.1	1.777	6.181	30.534	18.545
Contas a Receber	4	6.147	10.043	11.634	25.651	Debêntures	16	203.956	32.747	287.861	95.923
Estoques	5	4.515	3.020	9.703	9.311	Obrigações trabalhistas		8.934	9.748	31.206	32.165
Tributos a recuperar	7	3.946	2.725	27.191	22.598	Obrigações tributárias	14	8.016	1.413	21.121	7.849
Partes relacionadas	6	167.409	7.455	2.536	1.980	Passivo de arrendamento	13	12.996	12.508	42.474	40.102
Dividendos a receber	8	8.723	-	-	-	Partes relacionadas	6	176	78.502	39.959	50.401
Outros créditos		1.268	4.163	5.381	6.871	Dividendos a pagar	6	-	-	2.181	-
Total do Ativo Circulante		244.255	227.437	708.076	420.939	Ações preferenciais resgatáveis e conversíveis	18	229	335	229	335
						Outras contas a pagar	12.2	2.456	7.286	15.192	18.440
						Total do Passivo Circulante		238.540	148.720	470.757	263.760
ATIVO NÃO CIRCULANTE						PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Estoques	5	-	-	6.636	5.500	Debêntures	16	358.163	384.400	1.544.096	1.319.725
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	13.143	9.603	98.784	102.920	Ações preferenciais resgatáveis e conversíveis	18	505.782	505.782	505.782	505.782
Ativo indenizatório	2.7	-	-	34.658	50.374	Passivo de arrendamento	13	82.089	82.607	240.758	240.088
Depósitos judiciais	17	92	18	1.872	1.297	Partes relacionadas	6	-	2.407	-	2.407
Propriedades para investimentos		972	972	972	972	Provisões para riscos	17	1.830	1.172	38.155	52.305
Investimentos	8	519.333	595.325	63	63	Outras contas a pagar	12.2	4.893	3.418	4.893	3.418
Imobilizado	10	206.938	213.385	819.278	716.627	Obrigações trabalhistas		1.254	-	1.634	-
Direito de uso	9	68.202	70.326	235.848	243.628	Total do Passivo Não Circulante		954.011	979.786	2.335.318	2.123.725
Intangível	11	385.919	418.499	1.276.007	1.401.039	Total do Passivo Circulante e Não Circulante		1.192.551	1.128.506	2.806.075	2.387.485
Total do Ativo Não Circulante		1.194.599	1.308.128	2.474.118	2.522.420						
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						20					
						Capital social					
						161.822					
						Reserva de capital					
						149.725					
						Reservas de lucros					
						4.367					
						Ajustes de conversão					
						100.445					
						Prejuízos acumulados					
						(170.056)					
						Participação de não Controladores					
						246.303					
						407.059					
						129.816					
						148.815					
						Total do Patrimônio Líquido					
						246.303					
						407.059					
						376.119					
						555.874					
TOTAL ATIVO						TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		1.438.854	1.535.565	3.182.194	2.943.359			1.438.854	1.535.565	3.182.194	2.943.359

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações apresentado em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	22	232.003	209.280	955.118	954.878
Custo dos serviços prestados	23	(94.825)	(90.940)	(381.753)	(390.803)
LUCRO BRUTO		137.178	118.340	573.365	564.075
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	23	(31.581)	(25.915)	(133.905)	(120.469)
Resultado Equivalência Patrimonial	8	36.730	41.731	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	23	(968)	(1.157)	(103.169)	(110.182)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		141.359	132.999	336.291	333.424
RECEITAS FINANCEIRAS	24	14.839	12.241	69.256	37.349
Despesas Financeiras	24	(161.079)	(148.855)	(374.776)	(310.549)
Variações cambiais, líquidas	24	(1.694)	4.637	(3.969)	11.081
Resultado financeiro líquido		(147.934)	(131.977)	(309.489)	(262.119)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(6.575)	1.022	26.802	71.305
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(18.802)	(9.016)	(35.321)	(65.177)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	3.540	(2.308)	(4.136)	(1.054)
Lucro (Prejuízo) do exercício		(21.837)	(10.302)	(12.655)	5.074
Atribuível a					
Participação dos acionistas da Companhia		(21.837)	(10.302)	(21.837)	(10.302)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	9.182	15.376
Lucro (prejuízo) básico por ação (expresso em R\$ por ação)	20	(0,15)	0,06		
Lucro (prejuízo) básico diluído por ação (expresso em R\$ por ação)	20	(0,15)	0,06		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações apresentado em reais)

	2025	2024	2025	2024
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(21.837)	(10.302)	(12.655)	5.074
Lucro (prejuízo) abrangente do exercício	(21.837)	(10.302)	(12.655)	5.074
ATRIBUÍVEL À				
Participação dos acionistas da controladora	(21.837)	(10.302)	(21.837)	(10.302)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	9.182	15.376
Total	<u>(21.837)</u>	<u>(10.302)</u>	<u>(12.655)</u>	<u>5.074</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações apresentado em reais)

	Atribuído à participação dos controladores						Participação dos acionistas não controladores	Total	
	Capital social	Reserva de Capital		Reserva de lucros	Ajuste	Prejuízos acumulados			Total
		capital	Transações entre acionistas	Reserva de incentivos fiscais	acumulado de conversão				
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	210.822	93.031	-	6.911	100.445	(140.461)	270.748	287.112	557.860
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(10.302)	(10.302)	15.376	5.074
Transações entre acionistas advindo da incorporação	-	-	146.273	-	-	-	146.273	(146.273)	-
Reclassificação reserva de subvenção	-	-	-	(2.544)	-	2.544	-	-	-
Pagamento baseado em ações	-	340	-	-	-	-	340	-	340
Pagamento de dividendos à minoritários de controlada	-	-	-	-	-	-	-	(7.400)	(7.400)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	210.822	93.371	146.273	4.367	100.445	(148.219)	407.059	148.815	555.874
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(21.837)	(21.837)	9.182	(12.655)
Redução de capital social	(49.000)	(92.276)	-	-	-	-	(141.276)	(26.000)	(167.276)
Pagamento baseado em ações	-	2.357	-	-	-	-	2.357	-	2.357
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	-	-	(2.181)	(2.181)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	161.822	3.452	146.273	4.367	100.445	(170.056)	246.303	129.816	376.119

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(6.575)	1.022	26.802	71.305
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	23	50.332	49.858	219.740	212.853
Encargos financeiros reconhecidos no resultado, líquidos	24	162.499	143.417	376.827	297.052
Provisão para riscos, líquido	23	658	1.172	1.280	1.172
Resultado de equivalência patrimonial	8	(36.730)	(41.731)	-	-
Atualização de saldo a pagar em combinação de negócios		-	-	-	8.855
Reversão para perdas com créditos de liquidação duvidosa e estoques		-	-	(347)	(78)
Outros		2.357	340	2.357	936
		<u>172.541</u>	<u>154.078</u>	<u>626.659</u>	<u>592.095</u>
Redução/(aumento) em ativos					
Contas a receber de clientes	4	1.123	(2.176)	8.223	12.549
Estoques	5	(1.495)	(363)	(1.144)	805
Impostos a recuperar	7	(1.221)	7.299	(4.593)	11.437
Partes relacionadas ativo	6	46	2.513	(10.997)	45.210
Depósitos judiciais		(74)	(18)	(289)	48
Outros ativos circulantes e não circulantes		2.895	(2.580)	1.491	(5.158)
Aumento/(redução) em passivos					
Fornecedores	12.1	(4.404)	1.764	9.574	(2.791)
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	14	(2.938)	(362)	(4.523)	7.826
Partes relacionadas	6	(2.408)	269	(2.408)	(7.511)
Outros passivos circulantes e não circulantes		(3.356)	(2.565)	(1.394)	(10.412)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>160.709</u>	<u>157.859</u>	<u>620.599</u>	<u>644.098</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PAGOS					
		(8.821)	(6.958)	(17.247)	(76.720)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
		<u>151.888</u>	<u>150.901</u>	<u>603.352</u>	<u>567.378</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições no ativo imobilizado e intangível	10 e 11	(4.887)	(3.799)	(155.127)	(36.812)
Valor pago em combinação de negócio, líquido de caixa adquirido		-	-	-	(168.855)
Mútuos entre partes relacionadas	6	(160.000)	-	-	-
Redução de capital de investida	20.3	104.000	-	-	-
Recebimento de dividendos de controlada		-	50.782	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		<u>(60.887)</u>	<u>46.983</u>	<u>(155.127)</u>	<u>(205.667)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Captação de novos empréstimos		159.950	-	432.167	-
Pagamento de principal debêntures	15	(21.000)	(4.200)	(61.000)	(12.200)
Pagamento de juros sobre debêntures	17	(68.720)	(59.926)	(228.063)	(188.623)
Pagamento de principal de passivo de arrendamento	13	(4.324)	(3.337)	(14.888)	(10.744)
Juros pagos de passivo de arrendamento	13	(11.090)	(11.024)	(38.062)	(32.138)
Remunerações pagas de ações preferenciais		(74.000)	(78.000)	(74.000)	(78.000)
Redução de capital	20	(141.276)	-	(167.276)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		-	-	-	(12.899)
Mútuos entre partes relacionadas		(78.325)	78.000	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(238.785)</u>	<u>(78.487)</u>	<u>(151.122)</u>	<u>(334.604)</u>
Variação líquida em caixa e equivalente de caixa					
		<u>(147.784)</u>	<u>119.397</u>	<u>297.103</u>	<u>27.107</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					
		200.031	80.634	354.528	327.421
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					
		52.247	200.031	651.631	354.528
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa					
		<u>(147.784)</u>	<u>119.397</u>	<u>297.103</u>	<u>27.107</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas:	244.706	221.662	1.035.978	1.035.818
Receita de contrato com cliente	244.622	221.372	1.034.812	1.034.803
Outras receitas	84	290	1.684	1.015
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(518)	-
Insumos adquiridos de terceiros:	(55.029)	(48.867)	(227.735)	(225.851)
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(31.777)	(26.212)	(144.538)	(157.779)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(23.252)	(22.655)	(83.197)	(68.072)
Valor adicionado bruto	189.677	172.795	808.243	809.967
Depreciação e amortização	(50.332)	(49.858)	(219.740)	(212.853)
Valor adicionado produzido pela Entidade	139.345	122.937	588.503	597.114
Valor adicionado recebido em transferência	55.043	60.792	96.218	64.664
Resultado de equivalência patrimonial	36.731	41.731	-	-
Receitas financeiras	18.312	19.061	96.218	64.664
Valor adicionado total a distribuir	194.388	183.729	684.721	661.778
Distribuição do valor adicionado	194.388	183.729	684.721	661.778
Pessoal:	16.247	14.052	126.508	135.691
Remuneração direta	8.238	6.412	89.905	97.199
Benefícios	7.172	6.584	30.179	27.617
FGTS	837	1.056	6.424	10.875
Impostos, taxas e contribuições:	32.402	27.566	145.752	164.272
Federais	22.135	18.381	95.568	112.342
Estaduais	305	164	840	633
Municipais	9.962	9.021	49.344	51.297
Remuneração de capitais de terceiros:	167.576	152.413	425.116	356.741
Juros	166.246	151.038	402.727	327.051
Aluguéis	1.242	1.343	22.301	20.994
Outros	88	32	88	8.696
Remuneração de capitais próprios	(21.837)	(10.302)	(12.655)	5.074
Dividendos	-	-	-	-
Lucros (prejuízo) retidos no período	(21.837)	(10.302)	(21.837)	(10.302)
Participação dos acionista não controladores	-	-	9.182	15.376

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado)

1. INFORMAÇÕES DA COMPANHIA

1.1. Contexto operacional

A Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (“Companhia” ou “CLI”) é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, SP, constituída em 21 de outubro de 2011. Sua atividade principal, exercida diretamente ou por meio de participações em outras empresas, é a exploração de serviços auxiliares aos transportes aquaviários e rodoviários de cargas. Entre suas operações, destacam-se: serviços auxiliares ao transporte de cargas e logística, atuando como agente de transportadoras; agenciamento marítimo e operação portuária; serviços e logística de depósitos, incluindo armazenagem de cereais e produtos correlatos; consultoria de transportes; e operação de polos de transbordo rodoviário e ferroviário.

Concessão do Terminal de Grãos do Maranhão

A Companhia detém 25% de participação do Consórcio Tegram-Itaqui (“Consórcio”), cuja sede está localizada na Avenida dos Portugueses, 100, Área Comum - Terminal de Grãos do Maranhão, em São Luís, no Estado do Maranhão.

O Consórcio foi constituído em 4 de maio de 2012, tendo como objetivo executar todas as obras de construção das áreas comuns do Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM, localizado no Porto de Itaqui, em São Luís, MA, objeto de arrendamento conforme Concorrência Pública nº 01/11 - EMAP. Uma vez construído, também tem como objetivo gerir, operar e prover a manutenção dessas áreas, conforme previsto contratualmente.

O Consórcio não possui personalidade jurídica e não deverá constituir personalidade jurídica distinta das consorciadas. O objeto do Consórcio será exercido durante o prazo de duração dos contratos de arrendamento dos lotes, que é de 25 anos, encerrando-se em 3 de maio de 2037, de acordo com o contrato de concessão.

Encerrado o prazo do Consórcio, será de responsabilidade das consorciadas promover a liquidação de todas as obrigações e direitos decorrentes de suas atividades. Parte do Consórcio no Porto de Itaqui, a CLI opera um dos maiores terminais de grãos do país. Sendo o único operador independente sem nenhum vínculo com qualquer trading ou operador rodo ou ferroviário no Porto de Itaqui.

Concessão do terminal portuário de Santos

A Companhia, através de sua controlada direta CLI Sul S.A (“CLI Sul”), detém a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos, cuja abrangência e término encerra-se em março de 2036. A CLI Sul é prestadora de serviços no setor de logística (armazenagem e elevação), principalmente destinados à exportação de commodities e oferece uma solução integrada de movimentação, armazenagem e embarque.

Ambos os contratos de concessão referentes às operações no Maranhão e em Santos, serão extintos ao término do prazo contratual, ou, antecipadamente, em caso de encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária. Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- Retornariam ao poder concedente todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.

- Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito a avaliações técnicas e financeiras por parte da União.

Aquisição e incorporação da Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”) pela CLI Sul

Em 14 de novembro de 2022, foi concluída a operação de compra de 80% da participação acionária na Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”) pela CLI Sul junto à Rumo S.A. Em 30 de abril de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária das controladas CLI Sul e EPSA, foi deliberada a incorporação da EPSA pela CLI Sul. Com isso, a EPSA foi extinta nessa data, passando todos os bens, direitos e obrigações para a CLI Sul, sua sucessora.

A incorporação teve como objetivo simplificar a estrutura societária da Companhia, proporcionando ganhos organizacionais, econômicos e financeiros para os acionistas. Além disso, permitiu uma realocação mais eficiente de ativos e passivos, otimizando a gestão e fortalecendo a posição estratégica da CLI Sul no setor.

A relação de troca de ações de emissão da EPSA por ações ordinárias de emissão da CLI Sul foi de 1 ação da EPSA para 3,068 ações da CLI Sul, resultando na emissão de 108.750.125 novas ações, que foram atribuídas à nova acionista Rumo S.A., representando 20% do capital da CLI Sul. Como consequência, a participação da Companhia em sua controlada direta reduziu de 100% para 80%. Ressalta-se, após a reorganização societária, a participação econômica dos acionistas manteve-se proporcionalmente inalterada em relação à posição existente antes da operação.

Em consonância com a incorporação, na mesma data, foi efetuado o pagamento à Rumo S.A. no montante de R\$168.855.

Aditivo ao contrato de arrendamento da controlada direta, CLI Sul

Em 30 de abril de 2024, foi concluída a assinatura do aditivo ao contrato de arrendamento celebrado entre a União e a CLI Sul, referente à utilização do espaço portuário, conforme os termos da concessão. O referido aditivo teve como objeto a formalização da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de novos investimentos estimados em R\$564.000, a serem realizados no prazo máximo de 5 anos. Além disso, houve a alteração nos valores pagos a título de arrendamento fixo e variável. Adicionalmente, o aditivo formalizou a transferência do contrato de arrendamento da EPSA para a CLI Sul.

Em decorrência desse aditivo e da correção dos valores de arrendamentos fixos e variáveis, o passivo de arrendamento e o direito de uso foram remensurados e devidamente registrados, conforme nota explicativa nº 13 e nº 9.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e pelos padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia e sua subsidiária.

2.2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos (equivalente à norma internacional IFRS 16) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no pronunciamento técnico CPC 16 (R1) - Estoques (equivalente à norma internacional IAS 2) ou valor em uso no pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à norma internacional IAS 36).

O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas na troca de ativos.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Vide nota explicativa nº 2.5 para maiores detalhes.

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a Companhia aplicou a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.3. Bases de Consolidação

a) Investimento em controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controlada são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as políticas contábeis às da Companhia.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro líquido ou prejuízo do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado da controladora em “resultado de equivalência patrimonial”.

Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controlada são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia em “outros resultados abrangentes”.

b) Investimento em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, mas que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma joint venture. A influência significativa é definida com o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, bem como os ativos e passivos de coligadas, são incorporados nestas informações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a CPC 31 / IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

Um investimento em uma coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma coligada. Na aquisição do investimento em uma coligada, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, o qual é incluído no valor contábil do investimento. Caso exista qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, esse valor é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

Abaixo é apresentada a relação de controladas diretas e indiretas da Companhia, bem como o investimento controlado em conjunto, em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Participação direta:		
CLI SUL S.A. (1)	80%	80%
Participação em coligada:		
Tegram Operações Portuárias S.A. ("TOP S.A.")	25%	25%

(1) Conforme disposto na nota explicativa nº 1, a EPSA foi incorporada pela CLI Sul em 30 de abril de 2024, sendo emitidas novas ações da CLI Sul à Rumo em troca da participação da Rumo na EPSA.

c) Participação de não controladores

A Companhia optou por mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente com base na participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Alterações na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real ("R\$"), que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, geram e consomem recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para Reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas esse exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

Abaixo se encontram as principais estimativas, de modo a proporcionar um melhor entendimento sobre como a Companhia e sua controlada formam seus julgamentos sobre eventos futuros, incluindo as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas em cada uma:

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia e sua controlada calculam e reconhecem a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

b) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia e sua controlada revisam o saldo do ativo imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando o ativo não gera fluxos de caixa separadamente dos outros ativos, a Companhia e sua subsidiária calculam o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas esperadas

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e sua controlada para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos vencidos e a vencer, considerando o conceito de perdas esperadas do pronunciamento técnico CPC48 (equivalente à norma internacional IFRS 9) - Instrumentos financeiros.

d) Provisão para custos portuários

Outras contas a pagar incluem provisões operacionais que são decorrentes de custos portuários (navegação), provisão para “demurrage”, estadia e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

A seguir apresentamos os principais custos portuários incorridos pela Companhia e sua controlada:

- Provisão para “demurrage”: Quando o tempo de operação e espera do navio ultrapassa o tempo acordado em contrato de afretamento existirá o custo a ser repassado na cadeia logística.
- Provisão para estadia: Estadia rodoviária paga para os veículos que levaram mais de 24h desde a sua chegada no pátio regulador até sua efetiva descarga na moega. Cada contrato possui parâmetros próprios para ressarcimento de custos de estadia.
- “Laytime” (Estadia de navio): Para alguns contratos da CLI Sul, o terminal possui a responsabilidade quanto ao “laytime” (estadia) dos navios dos clientes. Portanto, incorre em valor a pagar pelo Terminal ao Embarcador, que posteriormente paga ao afretador que por fim repassa para o Armador no caso de custo. Para os casos de prêmio é seguido o caminho inverso.

e) Provisão para riscos

A Companhia e sua controlada são parte em processos judiciais como descrito na nota explicativa nº 17. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos.

A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

f) Arrendamento

A estimativa da taxa incremental sobre empréstimos é elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nessa estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o “rating” de crédito).

2.6. Políticas e práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis, que têm como objetivo proporcionar uma melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicada na preparação destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. As práticas contábeis adotadas são consistentes com aquelas utilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores, apresentadas para fins de comparação.

2.6.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não fins de investimento ou outros. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras que podem ser realizadas em até 90 dias a partir da data original do título, ou considerados de liquidez imediata, ou ainda, conversíveis em um montante conhecido de caixa, com risco insignificante de alteração no valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais não excedem seu valor de mercado ou de realização.

2.6.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes representam os valores devidos à Companhia pelos serviços prestados. O reconhecimento dessas contas é realizado pelo valor justo, sendo posteriormente mensurado pelo custo amortizado. A Companhia adota a abordagem simplificada prevista pelo IFRS 9/CPC 48 para a mensuração das perdas de crédito esperadas, utilizando uma análise qualitativa, complementada por uma matriz, para a determinação das provisões. Essa análise é baseada nas perdas esperadas para o total do saldo de contas a receber.

2.6.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia apresenta as despesas com imposto de renda e contribuição social corresponde a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Impostos correntes

No Brasil, compreende o Imposto de Renda - Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, após compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, aplicando-se a essa base a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e de sua controlada são calculados com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado conforme a legislação vigente, à alíquota de 15%, acrescida de um adicional de 10% sobre o valor que exceder R\$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre a base tributável.

O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, pois exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

b) Impostos diferidos

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos diferidos são classificados como não circulantes.

Quando aplicável, são constituídas provisões sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis. Adicionalmente, quando pertinente, são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando se referem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido.

2.6.4. Moeda estrangeira

Transações denominadas em moedas diferentes da moeda funcional são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em outras moedas, na data de apresentação das demonstrações financeiras, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente nessa data.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pelos índices de câmbio de encerramento do exercício, relativos a ativos e passivos monetários em moedas distintas da moeda funcional, são reconhecidos na demonstração do resultado como variações monetárias e cambiais líquidas.

2.6.5. Estoques

Os estoques mantidos pela Companhia referem-se, em sua maioria, a peças e insumos destinados ao consumo nas operações, os quais se espera que sejam consumidos dentro do período. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido (preço de venda estimado, deduzido dos custos estimados incorridos). O custo dos estoques é avaliado pelo método do custo médio de aquisição, deduzido das provisões para giro lento e obsolescência, as quais são constituídas em 100% do valor dos itens de estoque que não tenham apresentado movimentação por mais de 12 (doze) meses.

2.6.6. Imobilizado

Os ativos imobilizados adquiridos são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução ao valor recuperável dos ativos, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Essas imobilizações são classificadas nas categorias apropriadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso a que se destinam.

A depreciação desses ativos tem início quando estão prontos para o uso pretendido, sendo reconhecida de acordo com a mesma base dos demais ativos imobilizados. A exceção são os terrenos que não são depreciados.

A depreciação dos ativos imobilizados é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, utilizando o método linear, de modo que o valor do custo, menos o valor residual, seja integralmente depreciado ao final da sua vida útil (exceto para terrenos e construções em andamento).

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas de encerramento dos exercícios, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado no período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo quando for provável que os benefícios econômicos futuros, que excedam o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente, fluam para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

2.6.7. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são mensurados ao custo, menos qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Quando os ativos intangíveis são advindos de uma combinação de negócios, a vida útil atribuída é determinada na avaliação de alocação do preço de compra, elaborada com o auxílio de uma empresa de consultoria especializada.

Direito de exploração

A Companhia e sua controlada possuem concessões de serviços públicos decorrentes de contratos de arrendamento. Apesar de que, a Companhia atua sob o regime de concessão, suas atividades não se enquadram aos requerimentos estabelecidos pela Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, em virtude de o preço não ser regulado pelo poder concedente. Dessa forma, os saldos são apresentados na rubrica de Direito de Uso, com o pagamento da outorga do início do contrato e os bens reversíveis originados desses contratos sendo alocados no intangível.

Ágio

O ágio é reconhecido de acordo com a política contábil de combinação de negócios CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinação de negócios.

Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e sua controlada são mensurados pelo custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Amortização

Exceto pelo ágio e outros ativos de vida útil indefinida, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou são adquiridos.

A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.6.8. Redução ao valor recuperável de ativos - “Impairment”

No final de cada exercício, a Administração da Companhia e sua controlada revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Caso seja identificada alguma indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de estimar o valor possível de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual seja possível identificar uma base de alocação razoável e consistente.

O montante recuperável é o maior entre o valor justo (menos os custos na venda) ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos associados ao referido ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, exceto no caso de ágio, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores.

2.6.9. Instrumentos financeiros

Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e (iii) ao custo amortizado.

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Qualquer participação que a Companhia crie ou retida pela Companhia ou retenha em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tiver um direito legalmente executável de compensar os valores e tiver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a) Ativos financeiros

Classificação, reconhecimento e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo, (seja por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (“VJR”):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos exclusivamente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros que não forem classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar, de forma irrevogável, um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou quando a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e, também, não retém o controle sobre o ativo financeiro.

b) Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento

Todos os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, bem como os ganhos e perdas cambiais, são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro, com base nos termos modificados, é reconhecido a valor justo.

2.6.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada tem uma obrigação presente ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com confiabilidade. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.6.11. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação por transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que originaram o referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato, utilizando o método do custo amortizado e a taxa de juros efetiva.

2.6.12. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções, descontos comerciais, bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, considerando os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a Companhia possui um direito presente de pagamento pelo serviço; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (iv) o cliente aceita o serviço.

A receita é reconhecida no resultado em virtude da prestação de serviços de elevações portuárias, através da operação de terminais de transbordo e terminais exportadores de açúcar e grãos no Porto de Santos.

As receitas de serviços são reconhecidas à medida em que a Companhia transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que os benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, e quando seu valor e os custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços/comercialização de elevação portuária, razão pela qual os critérios acima são normalmente atendidos à medida em que o serviço logístico é prestado.

2.6.13. Resultado por ação

O resultado por ação é cálculo por meio do lucro por ação básico, que é obtido pela divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquidos de tributos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

2.6.14. Informações por segmento

As informações por segmentos de negócios são apresentadas na nota explicativa nº 25, de forma consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

2.6.15. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou a DVA individual e consolidada em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, em conformidade as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.7. Novas normas, alterações e interpretações das normas adotadas pela primeira vez para o ano iniciado em 1º de janeiro de 2025.

As novas normas, alterações e interpretações que passaram a vigorar a partir do exercício iniciado em, ou após, 1º de janeiro de 2025 não produziram impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja em vigor.

- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Para períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.8. Novas normas, alterações e interpretações de normas ainda não efetivas

As novas normas e interpretações alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, quando aplicáveis, assim que entrarem em vigor.

- IFRS 18 (R3) - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras.

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.

Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras categorias são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (“Primary Financial Statements” (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes:

- As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio;
- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)).
- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congregadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Os diretores da Companhia entendem que, embora elegível, não adotará a redução das divulgações dessa demonstração financeira.

- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

- Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composição de caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	15.000	10.037	58.152	26.597
Aplicações financeiras (i)	37.247	189.994	593.479	327.931
Total	<u>52.247</u>	<u>200.031</u>	<u>651.631</u>	<u>354.528</u>

- (i) As aplicações financeiras se referem a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”), com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 100,89% do CDI em 2025 (99,73% do CDI em 2024).

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cientes estrangeiros	5.576	8.315	9.252	10.628
Cientes nacionais	1	1.476	2.957	15.879
Cientes Consórcio Tegram	570	252	570	252
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	-	-	(1.145)	(1.108)
Total	<u>6.147</u>	<u>10.043</u>	<u>11.634</u>	<u>25.651</u>

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada prevista no IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros, para mensuração das perdas de créditos esperadas.

A movimentação das perdas de créditos esperadas é detalhada conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.108)
Adição	(524)
Reversão de provisão	487
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>(1.145)</u>

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, caso em que são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia e sua controlada mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Porém a Companhia não possui um histórico significativo de inadimplência. Valores apresentados na provisão para perdas de crédito são referentes a processos administrativos por cancelamentos de notas fiscais em órgãos públicos.

Abaixo apresentamos a movimentação dos saldos da provisão para perda do valor recuperável:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Créditos a vencer	5.515	9.902	9.221	20.325
Créditos vencidos até 30 dias	631	23	631	23
Créditos vencidos de 31 a 60 dias	1	118	1.641	5.310
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	-	-	146	-
Créditos vencidos acima de 361 dias	-	-	1.140	1.101
Total	<u>6.147</u>	<u>10.043</u>	<u>12.779</u>	<u>26.759</u>

5. ESTOQUE

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Peças e acessórios	4.141	2.960	11.268	10.742
Combustíveis e lubrificantes	4	-	691	731
Almoxarifado e outros	370	60	4.380	3.338
Total	4.515	3.020	16.339	14.811
Circulante	4.515	3.020	9.703	9.311
Não circulante	-	-	6.636	5.500

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$5.678 em 2025 no consolidado (R\$6.062 em 2024). No exercício, foi revertido provisão no montante de R\$384, não tendo havido novas adições.

6. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui transações com partes relacionadas conforme apresentamos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo circulante:				
Contas a receber de clientes:				
CLI Sul S.A. (v)	167.409	7.455	-	-
Rumo S.A. (i)	-	-	2.536	1.980
Total ativo circulante	167.409	7.455	2.536	1.980
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo circulante:				
Fornecedores				
Consórcio Tegram-Itaqui (iii)	176	177	176	177
CLI Sul S.A. (vi)	-	78.325	-	-
Rumo S.A. (ii)	-	-	31.458	34.047
Raízen Energia S.A. e controladas (iv)	-	-	9.445	15.151
Outros	-	-	1.061	1.026
Total Passivo circulante	176	78.502	42.140	50.401
Passivo não circulante:				
Fornecedores:				
Outros	-	2.407	-	2.407
Total Passivo não circulante	-	2.407	-	2.407
Total Passivo	176	80.909	42.140	52.808

- (i) Os saldos de contas a receber, registrados no ativo circulante, referem-se principalmente a reembolsos de gastos incorridos pela controlada CLI Sul em conta e ordem da Rumo S.A. de R\$468, e recebíveis de performance de R\$2.068.

- (i) Refere-se a prestação de serviços de armazenagem e elevação portuária, contratada em condições de mercado (empresas grupo Rumo) e o montante de R\$18.416 de despesa refere-se a gastos de demurrage.
- (ii) Refere-se a prestação de serviços no exercício findo em 2025 e 2024 junto à Logisport Armazéns Gerais S.A. refere-se à locação de espaço para armazenagem, de acordo com o contrato celebrado entre as partes (empresas grupo Rumo).
- (iii) A prestação de serviço em 2025 e 2024 junto à Rumo S.A. se refere à locação de armazéns localizados em Itirapina e Jaú, de acordo com o contrato entre as partes. (empresas grupo Rumo).
- (iv) Refere-se a prestação de serviços de elevação portuária, contratada em condições de mercado.
- (v) Refere-se a reembolsos de serviços compartilhados realizados em 2025 e 2024, junto à controlada CLI Sul, no montante de R\$17.248, sendo que R\$12.936 relativos à rateios corporativos de serviços compartilhados e R\$5.312 referente à remuneração da administração, conforme o contrato celebrado entre as partes.

Remuneração da Administração

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários e bônus	(1.587)	(1.345)	(6.899)	(5.263)
Total	(1.587)	(1.345)	(6.899)	(5.263)

Pagamentos baseados em ações

A Companhia oferece incentivos de longo prazo para altos executivos responsáveis pela implementação de sua estratégia de longo prazo. Esses incentivos têm como objetivo alinhar os interesses dos executivos com os objetivos estratégicos da Companhia, incentivando a criação de valor sustentável e o atingimento de metas de desempenho no longo prazo.

Aprovação do Plano de Pagamentos Baseado em Ações

Em 29 de setembro de 2022 a Companhia aprovou o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Plano”) da Companhia limitado a 5% do número de ações da Companhia. O plano deu direito aos diretores estatutários de adquirir ações de emissão da Companhia. De acordo com este programa, as opções podem ser exercidas pelo valor justo das ações na data da outorga, podendo ser acrescido de correção monetária, com base na variação do IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O Conselho de Administração será o responsável pela administração do Plano.

O plano tem por objetivo permitir a outorga de opção de compra de ações aos diretores estatutários da Companhia, devidamente discutidos e selecionados previamente pelo Conselho de Administração, com vistas a: (i) atrair, motivar e manter vinculados à Companhia executivos de alta performance e estratégicos para o desenvolvimento do seu objeto social; (ii) alinhar os interesses dos diretores estatutários com os dos acionistas da Companhia, incentivando o comprometimento, o engajamento e o senso de participação no negócio explorado pela Companhia; (iii) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos traçados pela Companhia; e (iv) Oferecer aos diretores estatutários uma possibilidade adicional de compartilhar a performance e o sucesso da Companhia.

A aprovação dos efetivos participantes e do número de opções a serem outorgadas a cada um deles serão determinados pelo Conselho de Administração. O Exercício da Opção de Compra pelo Participante não está sujeito ao atingimento de meta individual do Participante nem de metas globais da Companhia, mas sim pela permanência do vínculo do diretor com a Companhia, sendo que a condição de aquisição (“vesting”) é de 20% por ano sobre a quantidade de opções recebidas na data da outorga; e a condição de exercício pela ocorrência de um Evento de Liquidez.

Os eventos de liquidez que impactam o exercício da opção de ações estão descritos a seguir:

1. Consumação de uma oferta pública secundária de ações da Companhia ou alienação, direta ou indireta, de pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) da sua participação acionária dos acionistas atuais.
2. Realização de uma transação primária e/ou secundária, pública ou privada, por meio da qual os Acionistas Originais da Companhia reduzam a sua participação em 40% (quarenta por cento) ou mais da sua participação.
3. Alienação, direta ou indireta, pelos Acionistas do controle societário da Companhia desde que haja troca efetiva do controle indireto.
4. No caso de renúncia ou de desligamento por justa causa do participante, as opções de compra que não tenham sido adquiridas até a data de desligamento, observados os períodos de exercício da opção, serão automaticamente extintas.

No exercício de 2025 foram outorgadas 866.782 opções de compra de ações, cujo valor justo na data da outorga foi de R\$4,16 por opção. Ressalta-se que, durante o exercício de 2024, não foram concedidas novas opções de compra. Em 31 de dezembro de 2025, há 3.566.189 opções de compra de ações outorgadas a um preço médio de R\$2,47 por opção. (Em 31 de dezembro de 2024, haviam sido outorgadas 2.699.407 a um preço médio de R\$1,93 por opção).

O valor justo do pagamento baseado em ações foi determinado com base em uma abordagem de mercado, considerando transação de compra e venda das ações da Companhia em termos de mercado.

A despesa correspondente é reconhecida na data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. No exercício de 2025, foi registrado o montante de R\$2.357 (em 2024, o montante de R\$340).

Dado que a liquidação das opções, quando ocorrer, será realizado mediante a entrega de ações da Companhia aos participantes, os montantes acumulados são registrados como patrimônio líquido, na rubrica “reserva de capital”. Em 2025, o montante acumulado corresponde a R\$3.452, comparado a R\$1.095 em 2024.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS	733	336	2.165	1.433
COFINS	2.871	1.197	9.350	6.113
IRPJ/CSLL (i)	331	1.187	15.268	14.649
Outros	11	5	408	403
Total	<u>3.946</u>	<u>2.725</u>	<u>27.191</u>	<u>22.598</u>

- (i) Em 2018, a subsidiária, EPSA, sucedida pela CLI Sul após incorporação (vide nota explicativa nº 1), entrou com ação liminar contra a decisão da Receita Federal do Brasil, que proibiu a compensação de débitos oriundos de imposto de renda e à contribuição social por estimativa. Em 2023, essa liminar foi derrubada, resultando no pagamento de R\$12.850 realizado pela EPSA em 2023, sendo que R\$10.824 poderá ser compensado ou restituído no futuro.

O montante pago foi integralmente desembolsado pela Rumo S.A. e, uma vez que a Companhia compense ou restitua, deverá devolvê-lo. Ante o exposto, a CLI Sul mantém as informações divulgadas na nota explicativa nº 6.

8. INVESTIMENTOS

a) Composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2025:

Nome da Investida	TOP S.A.	
	Investimento em Coligada	
	25%	
	2025	2024
Total do ativo	2.859	2.351
Total do passivo	2.609	2.101
Patrimônio líquido	250	250
Valor do investimento	63	63

Nome da controlada	CLI Sul S.A. (i)	
	Investimentos em controlada direta	
	2025	2024
Tipo de investimento		
Número de ações (mil)	543.751	543.751
Tipo de ações	Ordinárias	Ordinárias
% Participação	80%	
	2025	2024
Total do ativo	2.438.742	2.088.837
Total do passivo	1.789.656	1.344.759
Patrimônio líquido atribuído à participação dos controladores	519.270	595.262
Patrimônio líquido atribuído à participação dos acionistas não controladores (i)	129.816	148.016
Lucro do exercício atribuído à participação dos controladores	36.730	41.731
Valor do investimento	519.270	595.262

b) Movimentação dos investimentos:

	TOP S.A.	CLI SUL	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	63	436.858	436.921
Equivalência patrimonial	-	41.731	41.731
Dividendos pagos no exercício (ii)	-	(29.600)	(29.600)
Redução de participação no capital social da investida (i)		146.273	146.273
Saldo em 31 de dezembro de 2024	63	595.262	595.325
Equivalência patrimonial	-	36.730	36.730
Redução de capital social (iii)	-	(104.000)	(104.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(8.723)	(8.723)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	63	519.270	519.333

- (i) A Controlada, CLI Sul, possuía 80% (oitenta por cento) das ações da EPSA em 31 de dezembro de 2023. Conforme nota explicativa nº 1, a EPSA foi incorporada pela CLI Sul em 30 de abril de 2024. Decorrente disso, a participação da Companhia na CLI Sul reduziu de 100% para 80%, tendo sido atribuído para a Rumo a emissão de 108.750.125 novas ações, equivalentes a 20% do capital social da CLI Sul, procedendo em um resultado entre transações de acionistas de R\$146.273, registrado no patrimônio líquido da Companhia.

- (ii) Em novembro de 2024, a Controladora CLI Sul declarou e pagou dividendos intercalares no montante de R\$37.000, sendo 80% pagos a Companhia e o restante aos acionistas minoritários, conforme participações acionárias. A distribuição foi ratificada em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) em 31 de março de 2025.
- (iii) Em 28 de janeiro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), foi aprovado a redução de capital da CLI Sul no montante de R\$130.000, sendo R\$104.000 destinado à Companhia e R\$26.000 aos acionistas minoritários, conforme participações acionárias. O desembolso ocorreu em 30 de janeiro de 2025.

9. DIREITO DE USO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Concessão no porto de Itaqui	67.877	69.929	67.877	69.929
Concessão no porto de Santos	-	-	165.932	173.302
Outros	325	397	2.039	397
Total	68.202	70.326	235.848	243.628

Movimentação do direito de uso da controladora

	Vida útil em anos	Controladora				2025
		2024	Adição	Remensuração (nota explicativa nº 13)	Amortização	
Concessão no porto de Itaqui	15	69.929	-	4.042	(6.094)	67.877
Outros	2	397	227	25	(324)	325
Total		70.326	227	4.067	(6.418)	68.202

	Vida útil em anos	Controladora				2024
		2023	Adição	Remensuração (nota explicativa nº 13)	Amortização	
Concessão no porto de Itaqui	15	71.421	-	4.268	(5.760)	69.929
Outros	2	617	-	23	(243)	397
Total		72.038	-	4.291	(6.003)	70.326

Movimentação do direito de uso do consolidado

	Vida útil em anos	Consolidado				2025
		2024	Adição	Remensuração (nota explicativa nº 13)	Amortização	
Concessão no porto de Itaqui	15	69.929	-	4.042	(6.094)	67.877
Concessão no porto de Santos	14	173.302	-	8.755	(16.125)	165.932
Outros	2	397	4.382	77	(2.817)	2.039
Total		243.628	4.382	12.874	(25.036)	235.848

	Vida útil em anos	Consolidado				2024
		2023	Adição	Remensuração (nota explicativa nº 13)	Amortização	
Concessão no porto de Itaqui	15	71.421	-	4.268	(5.760)	69.929
Concessão no porto de Santos	14	92.483	-	93.684	(12.865)	173.302
Outros	2	617	-	23	(243)	397
Total		164.521	-	97.975	(18.868)	243.628

10. IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Terrenos, edifícios e benfeitorias	291	-	172.683	189.285
Móveis e utensílios	465	165	1.989	1.193
Computadores e periféricos	307	290	307	290
Máquinas, equipamentos e instalações	205.875	212.930	489.619	519.046
Obras em andamento	-	-	154.680	6.813
Total	206.938	213.385	819.278	716.627

Movimentação do ativo imobilizado da controladora

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas, equipamentos e instalações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	264	523	219.736	220.523
Adições	-	27	31	3.506	3.564
Depreciação no exercício	-	(27)	(87)	(10.588)	(10.702)
Transferências	-	(99)	(177)	276	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	165	290	212.930	213.385
Adições	295	344	94	3.570	4.303
Depreciação no exercício	(4)	(44)	(77)	(10.625)	(10.750)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	291	465	307	205.875	206.938

Movimentação do ativo imobilizado consolidado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Obras em andamento	Máquinas, equipamentos e instalações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	206.128	838	523	13.480	545.381	766.350
Adições	-	645	31	7.719	14.901	23.296
Depreciação no exercício	(16.843)	(340)	(87)	-	(55.898)	(73.168)
Transferências	-	50	(177)	(14.386)	14.662	149
Saldo em 31 de dezembro de 2024	189.285	1.193	290	6.813	519.046	716.627
Adições (i)	295	1.199	94	142.669	24.019	168.276
Depreciação no exercício	(16.897)	(403)	(77)	-	(53.446)	(70.823)
Transferências	-	-	-	5.198	-	5.198
Saldo em 31 de dezembro de 2025	172.683	1.989	307	154.680	489.619	819.278

- (i) Foram efetuados adiantamentos a fornecedores, no montante líquido de R\$18.139, relacionados ao plano de modernização das operações do Porto de Santos, iniciado em 2025 e com conclusão prevista para 2029. Os valores registrados serão apropriados ao ativo imobilizado conforme a efetiva execução dos projetos vinculados. Além disso, foram capitalizados juros no período de R\$14.107, que estão classificados como obras em andamento, tendo sido utilizado uma taxa de 11,83% para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização, que representa a taxa efetiva dos empréstimos.

As vidas úteis estimadas das aquisições de itens novos (bens não reversíveis) para o exercício corrente é a seguinte:

	Vida útil
Móveis e utensílios	10 - 15 anos
Computadores e periféricos	1 - 5 anos
Edifícios e benfeitorias	20 - 25 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 - 15 anos

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizado.

11. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Licença de operação	385.919	418.499	1.262.136	1.382.001
Outros	-	-	13.871	19.038
	<u>385.919</u>	<u>418.499</u>	<u>1.276.007</u>	<u>1.401.039</u>

Movimentação do intangível:

	Controladora		Consolidado		
	Licença de operação	Total	Licença de operação	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	451.417	451.417	1.499.624	8.865	1.508.489
Adições	235	235	235	13.281	13.516
Amortização no exercício	(33.153)	(33.153)	(117.858)	(2.959)	(120.817)
Transferências	-	-	-	(149)	(149)
	<u>418.499</u>	<u>418.499</u>	<u>1.382.001</u>	<u>19.038</u>	<u>1.401.039</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	418.499	418.499	1.382.001	19.038	1.401.039
Adições	584	584	584	2.789	3.373
Amortização no exercício	(33.164)	(33.164)	(120.449)	(2.758)	(123.207)
Transferência	-	-	-	(5.198)	(5.198)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>385.919</u>	<u>385.919</u>	<u>1.262.136</u>	<u>13.871</u>	<u>1.276.007</u>

Licença de operaçãoControladora

Refere-se ao lance inicial do contrato de concessão da Companhia no Tegram-Itaqui, bem como a mais valia do Contrato de Concessão, identificado em combinações de negócio, o qual será amortizado até 2037 de acordo com a vida útil do contrato de concessão.

Consolidado

Refere-se a ativo intangível relacionado à mais-valia dos contratos de concessão, identificado em combinações de negócios por ocasião da aquisição da extinta EPSA pela CLI Sul.

O montante será amortizado até 2037, em conformidade com a vida útil dos contratos de concessão detidos pela CLI Sul.

Os ativos intangíveis são amortizados com base linear ao longo de sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos.

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de Amortização - % (Consolidado)
Licença de operação (CLI S.A. - Tegram) e bens de concessão	4,38%
Licença de operação (CLI Sul) e bens de concessão (custo)	3,70%
Licença de operação (CLI Sul) e bens de concessão (mais valia)	7,53%
Outros	3,30%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais dos ativos intangíveis são revistos a cada data de relatório e ajustados, quando apropriado.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia avaliou cada segmento de negócio e concluiu que não existem indícios que justifiquem a constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

12.1. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores nacionais	1.777	6.181	18.496	17.994
Fornecedores estrangeiros	-	-	10.813	-
Outros	-	-	1.225	551
Total Fornecedores	1.777	6.181	30.534	18.545

12.2. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Assunção de dívida (a)	418	6.268	418	6.268
Provisão de estadia	-	-	4.671	4.465
Provisões diversas	1.388	736	5.481	6.508
Adiantamento de clientes	664	17	4.384	685
Retenções de bônus	3.598	2.984	3.598	2.984
Outros valores a pagar	1.281	699	1.533	948
Total Outras contas a pagar	7.349	10.704	20.085	21.858
Circulante	2.456	7.286	15.192	18.440
Não circulante	4.893	3.418	4.893	3.418

- (a) Em 23 de dezembro de 2020 a Companhia teve seu controle societário alterado, deixando de integrar o Grupo Cantagalo e passando a ser uma das investidas de veículos geridos pela IG4 Capital. Conforme contrato celebrado entre as partes, a Corredor Logística e Infraestrutura assumiu em 2020, dívidas de sua antiga Controladora após a conclusão da operação. De acordo com o instrumento de assunção de dívida, o pagamento foi estruturado em 5 anos, dividido em 4 parcelas anuais, com início no primeiro semestre de 2021 e término em 2025. O montante restante em 31 de dezembro de 2025, foi liquidado em 9 de janeiro de 2026.

13. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia, à época da transação, a taxa média obtida foi de 12,78% a.a. (em 2024, 12% a.a.). para controladora e para sua Controlada foi de 14,88% a.a. (Em 2024, 14,20% a.a.).

A movimentação de saldos de obrigações com arrendamentos a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	94.161	192.956
Remensuração (Efeito da atualização anual pelo IPCA e aditamento (1))	4.291	97.975
Apropriação de juros	11.024	32.141
(-) Pagamento de principal	(3.337)	(10.744)
(-) Pagamento de juros	(11.024)	(32.138)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>95.115</u>	<u>280.190</u>
Remensuração (Efeito da atualização anual pelo IPCA)	4.067	12.874
Adição	227	4.382
Apropriação de juros	11.090	38.062
(-) Pagamento de principal	(4.324)	(14.888)
Outros	-	674
(-) Pagamento de juros	(11.090)	(38.062)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>95.085</u>	<u>283.232</u>
Circulante	12.996	42.474
Não circulante	82.089	240.758

(1) Conforme divulgado na nota explicativa nº 1, o contrato de arrendamento da CLI Sul foi aditado em 30 de abril de 2024, alterando os valores de arrendamentos fixos e variáveis, sem alterações em prazos ou demais condições. Decorrente disso, a Administração remensurou o direito de uso e o correspondente passivo de arrendamento, resultando em um registro de R\$90.022.

A seguir é demonstrado o fluxo de pagamento por vencimento para os arrendamentos:

<u>Maturidade dos contratos</u>		
<u>Vencimento das prestações</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2026	15.353	51.410
2027	15.161	49.163
2028	15.147	49.149
2029 até o término do contrato	121.891	368.448
Valor não descontado	<u>167.552</u>	<u>518.170</u>
(-) Juros embutido	<u>(72.468)</u>	<u>(234.939)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>95.084</u>	<u>283.231</u>

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS / COFINS apresentados no quadro a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2025</u>	<u>2025</u>	<u>2025</u>
<u>Fluxo de caixa</u>	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	167.552	95.084	518.170	283.231
PIS/COFINS potencial (9,25%)	15.499	8.795	47.931	26.199

Outras divulgações:

Para atender à orientação das áreas técnicas da CVM, previstas no Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, a Companhia apresenta, na sequência, os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 6,89% a.a. (B3) para Controladora e suas subsidiárias no Brasil.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<u>Passivo de arrendamento</u>				
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	95.085	95.115	283.232	280.190
Fluxo com projeção de inflação	<u>101.639</u>	<u>102.030</u>	<u>301.891</u>	<u>300.561</u>
Variação	<u>6.554</u>	<u>6.915</u>	<u>18.659</u>	<u>20.371</u>
<u>Direito de uso</u>				
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	68.202	70.326	235.848	243.628
Fluxo com projeção de inflação	<u>72.903</u>	<u>75.439</u>	<u>251.335</u>	<u>261.341</u>
Variação	<u>4.701</u>	<u>5.113</u>	<u>15.487</u>	<u>17.713</u>
<u>Despesa financeira</u>				
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	(11.090)	(11.024)	(38.062)	(32.141)
Fluxo com projeção de inflação	<u>(11.854)</u>	<u>(11.825)</u>	<u>(40.561)</u>	<u>(34.478)</u>
Variação	<u>(764)</u>	<u>(801)</u>	<u>(2.499)</u>	<u>(2.337)</u>
<u>Despesa de depreciação</u>				
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	(6.418)	(6.003)	(25.036)	(18.868)
Fluxo com projeção de inflação	<u>(6.860)</u>	<u>(6.439)</u>	<u>(26.676)</u>	<u>(20.240)</u>
Variação	<u>(442)</u>	<u>(436)</u>	<u>(1.640)</u>	<u>(1.372)</u>

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ/CSLL	6.373	559	6.859	559
ICMS	32	-	2.404	1.960
PIS/COFINS	-	-	5.029	-
ISS	<u>581</u>	<u>468</u>	<u>4.031</u>	<u>3.256</u>
Outros impostos a recolher	<u>1.030</u>	<u>386</u>	<u>2.798</u>	<u>2.074</u>
Total obrigações tributárias	<u>8.016</u>	<u>1.413</u>	<u>21.121</u>	<u>7.849</u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social e a alíquota efetiva é demonstrada a seguir. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais, combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social em resultado, é demonstrada conforme detalhamento:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(6.575)	1.022	26.802	71.305
Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à taxa nominal combinada (34%)	2.236	(347)	(9.112)	(24.244)
Equivalência patrimonial	12.488	14.189	-	-
PAT - Programa de alimentação do trabalhador	130	148	426	828
Amortização mais valia não dedutível	(10.903)	(10.903)	(17.913)	(15.453)
Efeito da atualização de preço da aquisição EPSA	-	-	-	(3.011)
Imposto revertido sobre juros capitalizados	-	-	-	(3.139)
Juros sobre ações preferenciais	(25.124)	(25.996)	(25.124)	(25.996)
Incentivos fiscais	6.125	11.508	10.493	11.508
Outras diferenças permanentes, líquidas	(214)	77	(470)	(4.156)
Outros	-	-	-	(2.568)
Reversão de reembolsos de partes relacionadas	-	-	2.244	-
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(15.262)	(11.324)	(39.457)	(66.231)
IRPJ/CSLL Corrente	(18.802)	(9.016)	(35.321)	(65.177)
IRPJ/CSLL Diferido	3.540	(2.308)	(4.136)	(1.054)
Total	(15.262)	(11.324)	(39.457)	(66.231)

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das individuais e consolidadas. As alíquotas atualmente aplicadas para a determinação dos tributos diferidos correspondem a 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<u>Diferenças temporárias</u>				
Provisão para demandas judiciais	622	398	622	398
Provisão para participação nos resultados	3.578	2.265	6.769	5.753
Provisão para estoques obsoletos e crédito de liquidação duvidosa	-	-	2.320	2.438
Demais provisões (“demurrage”, estadia e outras)	-	-	12.451	6.567
Passivo de arrendamento	9.140	8.428	21.053	17.859
Amortização mais valia	-	-	31.196	34.251
Juros capitalizados	-	-	-	6.399
Prejuízos fiscais e base negativa	-	-	24.570	31.843
Outros	713	149	713	149
Tributos diferidos - Ativos	14.053	11.240	99.694	105.657

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<u>Diferenças temporárias</u>				
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	-	-	-	(1.100)
Outros	(910)	(1.637)	(910)	(1.637)
Tributos diferidos - Passivos	(910)	(1.637)	(910)	(2.737)
Ativo fiscal diferido, líquido	13.143	9.603	98.784	102.920

O cronograma esperado para realização do imposto de renda diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa é como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Ano:		
2026	8.916	7.718
2027	12.144	10.200
2028	3.510	13.925
	<u>24.570</u>	<u>31.843</u>

A Companhia avalia a realização dos ativos fiscais diferidos ao final de cada período de apresentação das demonstrações financeiras e registra impostos diferidos ativos na medida em que seja provável que estão disponíveis lucros tributáveis futuros.

Os lucros tributáveis futuros são derivados dos planos de negócios, devidamente aprovados pelos órgãos de administração da Companhia, realizados em bases nominais, observando o período máximo de 10 anos (inferior ao período remanescente da concessão), utilizando premissas informações históricas e fontes de mercado, ajustados pela expectativa de realização das diferenças temporárias ativos e passivos, e considerando a estimativa de despesa com imposto de renda nos anos vindouros, às alíquotas vigentes, não considerando qualquer desconto ao valor presente.

Conforme estabelecido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a recuperação de ativos fiscais depende da geração de lucro tributável futuro. Considerando a incorporação da EPSA pela CLI Sul, concluída em abril de 2024, avaliou-se que há uma expectativa fundamentada de realização integral dos créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais acumulados e das diferenças temporárias ativas, com base na projeção de resultados tributáveis futuros.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração considerou cenários de estresses, incluindo reduções relevantes em receitas e aumentos nas taxas de juros, sendo que todos demonstraram que os créditos serão recuperados em período inferior a 10 anos. Dessa forma, foi efetuado o reconhecimento integral de imposto de renda ativo diferido sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias na controlada CLI Sul.

O valor contábil do imposto de renda diferido ativo é revisado periodicamente pela Companhia.

A Companhia, desde janeiro de 2016, usufrui do benefício tributário outorgado pela SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, com base na Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, passou a ter o benefício da redução de 75% da base de cálculo do Imposto de Renda das atividades relacionadas a prestação de serviços portuários. Em 2023, a Companhia obteve a postergação de referido benefício até 2033.

16. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

	Taxa de juros (%)	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Debêntures (a)	(a)	405.935	424.410	1.751.951	1.439.967
Empréstimos bancários	(c)	162.384	-	162.384	-
Custos de transação		(6.200)	(7.263)	(46.378)	(24.319)
Total		562.119	417.147	1.831.957	1.415.648
Circulante		203.956	32.747	287.861	95.923
Não circulante		358.163	384.400	1.544.096	1.319.725

A movimentação das debêntures, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo Inicial	417.147	421.016	1.415.648	1.416.934
Captação (c)	159.950	-	432.167	-
Custos apropriados	1.063	1.063	5.724	3.318
Juros Incorridos	73.679	59.194	267.481	196.219
(-) Pagamento de principal	(21.000)	(4.200)	(61.000)	(12.200)
(-) Pagamento de juros	(68.720)	(59.926)	(228.063)	(188.623)
Saldo Final	562.119	417.147	1.831.957	1.415.648

Os vencimentos das debêntures registradas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025 são como segue:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
2027	43.037	26.237	142.157	71.982
2028	59.837	43.037	170.957	144.782
2029	68.237	59.837	225.357	173.582
2030 a 2035	187.052	255.289	1.005.625	929.379
Saldo Final	358.163	384.400	1.544.096	1.319.725

(a) Emissão debêntures

- (i) Em outubro de 2022, a Companhia realizou sua 2ª emissão de debêntures, no valor total de R\$420.000. As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, são constituídas por 420 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000. As debêntures serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, com a primeira parcela paga em 10 de outubro de 2023 e a última a ser paga em 10 de outubro de 2031. A remuneração será de CDI+3,5% a.a., paga semestralmente, sempre em abril e outubro de cada ano, com o primeiro pagamento realizado em 10 de abril de 2023.

As obrigações de pagamento de principal, remuneração e encargos relacionados às debêntures foram, inicialmente, garantidas pelas ações da investida indireta EPSA, controlada pela CLI Sul (investida direta), equivalentes a 26,66%, bem como por meio de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia, oriundos de contrato de prestação de serviços.

Em 30 de abril de 2024, foi concluído o processo de reorganização societária da CLI Sul, com a incorporação da EPSA pela CLI Sul e sua consequente extinção (vide nota explicativa nº 1). Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações fiduciárias, a garantia fiduciária passou a incidir sobre as ações da CLI Sul detidas pela Companhia. Ressalte-se que não houve qualquer alteração na cessão fiduciária de direitos creditórios.

- (ii) Em outubro de 2022, a controlada direta, CLI Sul S.A., realizou sua 1ª emissão de debêntures, no valor total de R\$800.000, totalmente subscritas em outubro de 2022. As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, são constituídas por 800 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais). As debêntures serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, com a primeira parcela paga em 10 de outubro de 2023 e a última a ser paga em 10 de outubro de 2031. A remuneração anual será de CDI+3,2% a.a., com vencimentos em outubro de cada ano.

As obrigações de pagamento de principal, remuneração e encargos, foram inicialmente garantidas pelas ações da EPSA, controlada direta da CLI Sul, equivalentes a 52% do capital social, bem como por meio de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da EPSA oriundos de contrato de prestação de serviços.

Em 30 de abril de 2024, foi concluído o processo de reorganização societária da Companhia, resultando na incorporação da EPSA pela CLI Sul e a consequente extinção da EPSA, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. Assim, para garantir todas as obrigações fiduciárias, a garantia fiduciária passou a recair sobre as ações de titularidade da Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (“CLI Norte”) detidas no capital social da CLI Sul. Não houve alteração quanto a cessão fiduciária de direitos creditórios.

- (iii) Em 27 de outubro de 2023, a EPSA emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, que perfizeram o montante de R\$196.000. Os créditos imobiliários provenientes das debêntures, integram o lastro dos certificados e recebíveis imobiliários (“CRI”), os quais foram ofertados por meio de distribuição pública. As debêntures serão amortizadas em 3 (três) parcelas iguais anuais a partir de 2031, e pagamento de juros semestrais. A remuneração será de IPCA+6,608% a.a. A garantia fidejussória foi outorgada pelas fiadoras CLI Norte e CLI Sul.

Com a incorporação, a CLI Sul passou a ser integralmente responsável por toda e qualquer obrigação, dever e direito da EPSA decorrentes da emissão. Na mesma oportunidade, excluiu-se a CLI Sul como fiadora da emissão.

- (iv) Em fevereiro de 2025, a CLI Sul S.A. realizou a 3ª emissão de debêntures, no valor total de R\$300.000, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, emitidas em série única.

As debêntures emitidas preveem pagamentos fixos de remuneração de IPCA + 8,5536% ao ano em 21 parcelas semestrais e consecutivas, a partir da data de emissão, com vencimento nos meses de fevereiro e agosto de cada ano. O primeiro pagamento está previsto para 15 de agosto de 2029 e o último para 15 de agosto de 2035.

A amortização do valor nominal unitário atualizado ocorrerá em 7 parcelas, sendo a primeira amortização em 15 de agosto de 2029 e a última na data de vencimento das debêntures em 15 de agosto de 2035. A Companhia é garantidora fidejussória.

- (b) Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

Os “covenants” associados a emissão das debêntures da Companhia e sua controlada CLI Sul, estabelecem a manutenção de determinados indicadores financeiros dentro de parâmetros preestabelecidos, bem como indicadores não financeiros de acordo com cada contrato, conforme abaixo:

- (i) Segunda emissão de Debêntures da Companhia tem a obrigação de manutenção da dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50, com base em suas demonstrações financeiras individuais anuais.
- (iv) As debêntures da CLI Sul S.A. têm as seguintes obrigações, apurada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CLI Sul.
 - Medição anual da Dívida Líquida/EBITDA devendo ser menor ou igual a 3,50.
 - Medição semestral do Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) consolidado, devendo ser menor de 1,20.

Na avaliação da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores (“covenants” financeiros) sejam mensurados anualmente ou semestralmente foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2025.

Além dos “covenants” financeiros, os contratos de empréstimo da Companhia incluem cláusulas de “covenants” não financeiros, em linha com as práticas de mercado, as quais devem ser cumpridas e atestadas na mesma periodicidade dos “covenants” financeiros. Destaca-se que Companhia está em conformidade com todas as exigências contratuais, não havendo qualquer descumprimento que possa acarretar o vencimento antecipado dos contratos de empréstimo.

(c) Empréstimos bancários

Em novembro de 2025, a Companhia contratou operação de crédito junto a instituições financeiras, por meio da emissão de nota de crédito de exportação (“NCE”), no montante de US\$29.832 mil (equivalente a R\$159.950), a uma taxa de juros fixa de 5,49% a.a. O contrato foi estabelecido a curto prazo, com vencimento e liquidação definidos até novembro de 2026. Para mitigar o risco de exposição às variações de taxa de câmbio e juros sobre o valor justo da operação, a Companhia contratou instrumento derivativo na modalidade swap de taxa de juros, convertendo a obrigação originalmente pactuada em Dólares para Reais, e fixando os juros a uma taxa de CDI+1,00% a.a.

Não existem cláusulas de covenants ou garantias adicionais vinculadas ao contrato.

17. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada, resultante de eventos passados. É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, seja por meio de pagamento ou outra forma de resolução da obrigação. O montante da obrigação foi estimado de forma segura, com base nas melhores informações disponíveis, considerando a natureza da despesa e as circunstâncias do evento que originou a obrigação.

A avaliação da perda de probabilidade das demandas judiciais leva em consideração as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência relevante, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de assessores jurídicos externos.

As provisões são revisadas e ajustadas conforme as circunstâncias evoluem, incluindo, mas não se limitando, de acordo com o prazo de prescrição, as conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais, identificação de exposições adicionais, que podem surgir de novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em relação aos processos judiciais originados de combinações de negócios, as provisões são estimadas a valor justo da data-base da aquisição, conforme as diretrizes aplicáveis.

Em 2025 e 2024, a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a processos em curso, conforme descrito a seguir:

Provisão para demanda judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Tributárias	-	-	1.965	3.511
Cíveis, regulatórias e ambientais	-	-	25.324	31.581
Trabalhistas	1.830	1.172	10.866	17.213
	<u>1.830</u>	<u>1.172</u>	<u>38.155</u>	<u>52.305</u>

Composição dos depósitos judiciais, é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Tributárias	-	-	295	284
Cíveis, regulatórias e ambientais	-	-	630	856
Trabalhistas	92	18	947	157
	<u>92</u>	<u>18</u>	<u>1.872</u>	<u>1.297</u>

A movimentação em 31 de dezembro de 2025 referente a provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis, regulatórios e ambientais, classificados como perda provável, é apresentada abaixo:

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis e outros	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023				
Adição de provisão	-	-	1.149	1.149
Atualização monetária	-	-	23	23
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	1.172	1.172
Adição de provisão	-	-	495	495
Atualização monetária	-	-	163	163
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.830</u>	<u>1.830</u>
	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis e outros	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.391	30.328	28.198	60.917
Adição de provisão	3.511	7.727	11.241	22.479
Reversão de provisão/pagamentos	(2.498)	(8.064)	(23.045)	(33.607)
Atualização monetária	107	1.590	819	2.516
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>3.511</u>	<u>31.581</u>	<u>17.213</u>	<u>52.305</u>
Adição de provisão (i)	1.965	-	2.429	4.394
Reversão de provisão/pagamentos (i)	(3.511)	(6.460)	(10.318)	(20.289)
Atualização monetária (i)	-	203	1.542	1.745
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>1.965</u>	<u>25.324</u>	<u>10.866</u>	<u>38.155</u>

- (i) Na CLI Sul, o montante de R\$15.373 foi revertido em contrapartida nas rubricas de ativo indenizatório, não impactando o resultado do exercício e o fluxo de caixa da subsidiária, visto que os processos judiciais referem-se, ao período antes da aquisição da extinta EPSA (novembro de 2022), que conforme previsto em cláusula de indenização do contrato de compra e venda, a adquirente, CLI Sul, tem o direito de ser indenizada pelos vendedores, por quaisquer perdas, cujo fato gerador tenha ocorrido até o fechamento da transação de compra e venda da EPSA. Em 31 de dezembro de 2025, foi revertido no resultado da CLI Sul o montante de R\$622 decorrente de processos trabalhistas com mudança de prognóstico ou encerramento.

Perdas possíveis

Composição das perdas possíveis, é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Tributárias	-	-	26.606	17.842
Cíveis, regulatórias e ambientais	390	420	59.523	48.946
Trabalhistas	15	699	16.912	699
Total	405	1.119	103.041	67.487

Os principais processos classificados como possíveis estão destacados abaixo:

Tributárias: Disputas judiciais envolvendo, principalmente, a cobrança de ISS lavradas pela prefeitura municipal onde a Companhia possui operação.

Cíveis, regulatórios e ambientes: O montante de R\$59.133 (em 2024, R\$48.526) refere-se a autuações aplicadas por órgãos ambientais federais com alegações de possíveis descumprimentos de normas e regulamentos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

18. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS E CONVERSÍVEIS

As ações preferenciais resgatáveis e conversíveis em 2025 e 2024 totalizam R\$505.782 de principal reconhecido no passivo não circulante. Os juros incorridos foram de R\$73.894 em 2025 (em 2024, R\$76.460), com pagamento de R\$74.000 em 2025 (em 2024, R\$78.000). O saldo remanescente a pagar ao final de 2025 é de R\$229 (em 2024, R\$335).

Estas ações preferenciais emitidas têm as seguintes características:

- **Prioridade no recebimento de Dividendos:** As Ações Preferenciais garantirão aos seus titulares a prioridade no recebimento de dividendos fixos e cumulativos anuais, calculados com base na variação positiva do índice de Preços ao Consumidor — Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou índice de inflação que o substituir ("IPCA"), acrescido de um spread de 10%(dez por cento) ao ano, incidentes sobre o valor nominal das Ações Preferenciais, sem direito a participar das distribuições do lucro remanescente da Companhia ("Dividendos Prioritários").
- **Prioridade no reembolso de capital:** as Ações Preferenciais terão prioridade no reembolso de capital, seja decorrente de amortização das ações ou da liquidação da Companhia, sobre as Ações Ordinárias e quaisquer outras ações ou títulos com direito a voto emitidos pela Companhia.
- **Direito a Voto:** As Ações Preferenciais terão direito a voto restrito.
- **Resgate:** As Ações Preferenciais poderão ser resgatadas, a critério exclusivo da Companhia, após 14 de novembro de 2031, por um preço por ação igual ao valor nominal das Ações Preferenciais acrescido de quaisquer Dividendos Prioritários não pagos.

- Conversão em Ações Ordinárias: As ações preferenciais serão conversíveis em Ações Ordinárias após 14 de novembro de 2032, a critério dos titulares das Ações Preferenciais, observada a relação de troca obtida pela divisão (i) do valor nominal das Ações Preferenciais acrescido de quaisquer Dividendos Prioritários não pagos (calculados na forma da alínea anterior); (ii) pelo valor justo de mercado por Ação Ordinária da Companhia (que, para fins de tal cálculo, será atribuído exclusivamente às Ações Ordinárias).
- Exclusão de Direito de Preferência: As Ações Preferenciais não terão direito de preferência para participar de aumentos de capital da Companhia decorrentes da capitalização de lucros ou reservas.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital Social subscrito e Reserva de Capital

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$161.822 (em 31 de dezembro de 2024 era de R\$210.822), totalmente subscrito e integralizado. O capital está dividido da seguinte forma: (i) 144.855.320 (164.955.410 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal ('ON') e; (ii) 11.239.603 ações preferenciais, nominativas, com valor nominal de R\$45,00 cada.

	31/12/2025				31/12/2024			
	Quantidade de ações e respectivo percentual (em unidades)							
	ON	%	PN	%	ON	%	PN	%
PE SOPP Fundo de Investimentos em Participações II Multiestratégia no Exterior	49.751.652	34%	-	0%	56.655.179	34%	-	0%
SOPP INFRA I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	22.676.008	16%	-	0%	25.822.526	16%	-	0%
Fundo de Investimento Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	72.427.660	50%	11.239.603	100%	82.477.705	50%	11.239.603	100%
	<u>144.855.320</u>	<u>100%</u>	<u>11.239.603</u>	<u>100%</u>	<u>164.955.410</u>	<u>100%</u>	<u>11.239.603</u>	<u>100%</u>

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de outubro de 2024, foi aprovada a criação de Ações Preferenciais Classe B, com o objetivo a conversão de 20.100.900 ações ordinárias em Ações Preferenciais classe B, para fins de posterior resgate integral, totalizando o montante de R\$49.000 a ser pago aos acionistas. Após o resgate, todas as ações preferenciais classe B foram canceladas.

Em 27 de dezembro de 2024, decorrido o prazo legal de 60 dias, sem manifestação de oposição por parte de credores, foi realizada nova Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi aprovada a redução do capital social da Companhia. A eficácia da redução foi condicionada à confirmação pelos acionistas e aprovação do Conselho de Administração, mediante verificação, junto à Diretoria da Companhia, de que a operação não comprometeria o planejamento de caixa necessário à execução do plano de negócios e dos investimentos previstos.

Em 28 de janeiro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária e após recomendação do Conselho de Administração, aprovou a efetivação da redução de capital, que resultou na conversão de 20.100.900 ações ordinárias em Ações Preferenciais classe B, desembolso de caixa no total de R\$141.276, sendo R\$49.000 de capital social pelo resgate integral das Ações Preferenciais Classe B e R\$92.276 oriundo da reserva de capital.

O desembolso aos acionista anualmente, por meio de destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem como objetivo assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 2025 e 2024, não houve constituição de reserva legal.

19.2. Reserva de incentivos fiscais

A reserva é constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício, equivalente aos incentivos fiscais, quando houver lucro contábil suficiente para a constituição, em conformidade a Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva poderá ser utilizada exclusivamente para absorção de prejuízos e deve ser reconstituída no primeiro lucro subsequente ou por aumento de capital.

Em 2025 e 2024, devido ao fato de a Companhia não ter tido lucro contábil, não foi constituído reserva de incentivos fiscais. Em 2024, a Administração reverteu reserva de incentivos fiscais de R\$2.544 reconhecida em 2020, dado que em referido ano, a Companhia apurou prejuízo contábil, devendo ser constituída à medida que forem apurados lucros nos exercícios subsequentes.

19.3. Pagamento de dividendos e redução de participação de minoritários por redução de capital em controladas

Em novembro de 2024, o Conselho de Administração da controlada direta, CLI Sul, deliberou a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$37.000, tendo sido pago, no mesmo mês, R\$29.600 à Companhia e R\$7.400 à participação de minoritários.

Em fevereiro de 2026, o Conselho de administração da controlada direta, CLI Sul, propôs a distribuição de dividendos anuais no montante de R\$10.904 (R\$2.181 a ser pagos a minoritários), devendo ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

19.4. Transação de capital

Conforme a interpretação técnica emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 09 (R2) (ICPC), negociações subsequentes entre acionistas, em perda de controle pela controladora, devem ser registradas como transações entre acionistas no patrimônio líquido da Companhia.

Em decorrência da troca de ações mencionada na nota explicativa nº 1, referente à versão do acervo líquido da EPSA para a CLI Sul, na qual a participação da Companhia na CLI Sul passou de 100% para 80%, a Companhia registrou um montante de R\$146.273 como transações entre acionistas no patrimônio líquido.

20. RESULTADO POR AÇÃO

O lucro ou prejuízo por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou prejuízo líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício.

	Controladora	
	2025	2024
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(21.837)	(10.302)
Média ponderada de ações para fins de cálculo de lucro (prejuízo) básico por ação (milhares)	146.397	164.955
Efeito das ações ordinárias potenciais dilutivas - Ações preferenciais resgatáveis (milhares)	11.240	11.240
Efeito das ações ordinárias potenciais dilutivas - Plano de opções de ações (milhares)	3.219	3.219
Resultado básico por ação - R\$	(0,15)	(0,06)
Resultado diluído por ação - R\$	(0,15)	(0,06)

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a quantidade de ações ordinárias em circulação, levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como planos de opção de ações, conforme divulgado na nota explicativa nº 18). As ações ordinárias potenciais devem ser tratadas como diluidoras somente quando a sua conversão em ações ordinárias possa diminuir o lucro por ação ou aumentar o prejuízo por ação proveniente das operações continuadas. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, dado que a diluição resultaria numa redução do prejuízo por ação, as ações ordinárias potenciais dilutivas não foram consideradas na determinação do resultado diluído por ação.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No curso de seus negócios, a Companhia gerencia ativamente os riscos de crédito, liquidez e de mercado, portanto, os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Classificação por Categoria	Nível	Consolidado	
			Contábil	Valor justo
<u>2025</u>				
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	-	651.631	651.631
Contas a receber	Custo amortizado	-	11.634	11.634
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	2.536	2.536
Total			<u>665.802</u>	<u>665.802</u>
Passivos				
Empréstimos e Debêntures	Custo amortizado	-	1.831.957	1.859.868
Fornecedores	Custo amortizado	-	30.534	30.534
Passivo de Arrendamento	Custo amortizado	-	283.232	283.232
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	39.959	39.959
Ações preferenciais	Custo amortizado	-	506.011	506.011
Outras contas a pagar	Custo amortizado	-	20.085	20.085
Total			<u>2.711.778</u>	<u>2.739.689</u>

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), descontado a valor presente pelo fator de desconto referente à data de vencimento do título, o qual é obtido a partir da curva de juros de mercado em reais. Para os títulos nos quais os juros são pós-fixados, o valor justo aproxima-se do custo amortizado. A Companhia não possui títulos com juros pré-fixados.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são classificados da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos.
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, incluindo risco de mercado (que abrange risco cambial, risco de volatilidade no preço das ações, e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Abaixo, apresenta-se a natureza e a extensão de cada um dos riscos mencionados, detalhando os procedimentos adotados pela Companhia para mitigá-los e gerenciá-los adequadamente.

21.1. Risco de crédito

A política de vendas da Companhia a leva em consideração o nível de risco de crédito que está disposta a assumir no curso de seus negócios. Para mitigar riscos, a Companhia adota procedimentos voltados para a diversificação da sua carteira de recebíveis, a seletividade na escolha de seus clientes, bem como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e a definição de limites individuais de posição.

Esses procedimentos têm como objetivo minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu saldo a receber de clientes, promovendo maior segurança e controle sobre a exposição a riscos de crédito.

21.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, a Companhia estabelece premissas de desembolsos e recebimentos futuros, que são monitoradas constantemente pela área de tesouraria.

21.3. Risco de mercado

a) Risco com taxa de juros

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros, que podem resultar em aumento das despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, bem como ao passivo junto ao poder concedente.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A Administração se baseou nas taxas divulgadas pela B3 para a realização da análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros. Como estimativa de cenário mais provável, a Administração considerou as taxas das operações de dívidas referenciadas no CDI e os índices acumulados dos últimos 12 meses para as obrigações baseadas no IPCA e IGP-M. Adicionalmente, foram estimados cenários alternativos, com valorização adicional de 25% e 50% nas taxas do cenário provável, respectivamente para os cenários II e III, para os próximos 12 meses.

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Controladora		
				2025		
				Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	13,82%	37.247	5.148	6.434	7.721
Subtotal			<u>37.247</u>	<u>5.148</u>	<u>6.434</u>	<u>7.721</u>
Passivos financeiros						
Passivo com arrendamentos	IPCA	4,06%	95.085	3.860	4.826	5.791
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	13,82%	562.119	77.685	97.106	116.527
Subtotal			<u>657.204</u>	<u>81.545</u>	<u>101.932</u>	<u>122.318</u>
Total, líquido			<u>(619.957)</u>	<u>(76.397)</u>	<u>(95.498)</u>	<u>(114.597)</u>

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Consolidado		
				2025		
				Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	13,82%	593.478	82.019	102.523	123.028
Subtotal			593.478	82.019	102.523	123.028
Passivos financeiros						
Passivo com arrendamentos	IPCA	4,06%	283.232	11.499	14.374	17.249
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	4,06%	505.470	20.522	25.653	30.783
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	13,82%	1.326.487	183.321	229.151	274.981
Subtotal			2.115.189	215.342	269.178	323.013
Total, líquido			(1.521.710)	(133.323)	(166.655)	(199.985)

b) Risco de Liquidez

A Companhia monitora continuamente o risco de escassez de recursos e mantém um planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de assegurar que em seu ativo inclua saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Controladora					
	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)	Juros a incorrer	Valor contábil em 2024
Fornecedores	1.777	-	-	1.777	-	1.777
Empréstimos e Debêntures	281.881	107.837	461.736	851.454	(289.335)	562.119
Passivo de arrendamento	15.353	15.161	137.038	167.552	(72.467)	95.085
Ações preferenciais resgatáveis	73.427	71.752	757.243	902.422	(396.411)	506.011
Partes relacionadas	176	-	-	176	-	176
Outras contas a pagar	2.456	4.893	-	7.349	-	7.349
Passivos financeiros	<u>375.070</u>	<u>199.643</u>	<u>1.356.017</u>	<u>1.930.730</u>	<u>(758.213)</u>	<u>1.172.517</u>
	Consolidado					
	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)	Juros a incorrer	Valor contábil em 2024
Fornecedores	30.534	-	-	30.534	-	30.534
Empréstimos e Debêntures	601.988	443.311	2.555.704	3.601.003	(1.769.046)	1.831.957
Passivo de arrendamento	51.410	49.163	417.597	518.170	(234.938)	283.232
Ações preferenciais resgatáveis	73.427	71.752	757.243	902.422	(396.411)	506.011
Partes relacionadas	39.959	-	-	39.959	-	39.959
Outras contas a pagar	15.192	4.893	-	20.085	-	20.085
Passivos financeiros	<u>781.976</u>	<u>569.119</u>	<u>3.730.544</u>	<u>5.081.639</u>	<u>(2.400.395)</u>	<u>2.681.244</u>

c) Risco com taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à efeitos de tradução. Os ativos e passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio, registrados no balanço patrimonial, são demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Caixas e equivalentes de caixa	12.003	6.596	45.767	29.421
Clientes estrangeiros	5.576	8.315	9.252	22.809
Fornecedores estrangeiros	-	-	10.813	-
Total	17.579	14.911	65.832	52.230

A seguir estão demonstradas as perdas que teriam sido reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com os seguintes cenários:

	Controladora			
	5,5021	5,6100	6,8776	8,2532
Taxa R\$/US\$				
	Exposição	Cenário	Cenário I	Cenário I
Ativos em dólar	US\$ mil	provável	Depreciação - 25%	Depreciação - 50%
Caixas e equivalentes de caixa	2.182	238	3.004	6.005
Clientes estrangeiros	1.013	107	1.391	2.784
	3.195	345	4.395	8.789
	Consolidado			
	5,5021	5,6100	6,8776	8,2532
Taxa R\$/US\$				
	Exposição	Cenário	Cenário I	Cenário I
Ativos em dólar	US\$ mil	provável	Depreciação - 25%	Depreciação - 50%
Caixas e equivalentes de caixa	8.318	897	11.441	22.883
Clientes estrangeiros	1.682	184	2.316	4.630
Fornecedores estrangeiros	1.965	211	2.702	5.404
	11.965	1.292	16.459	32.917

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para 90 dias, conforme cotações obtidas na B3 em 31 de dezembro de 2025 e alinhada aos primeiros vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio, R\$5,6100/US\$1,00. Os cenários I e II consideram um aumento do dólar norte-americano de 25% (R\$6,8776/US\$1,00) e de 50% (R\$8,2532/US\$1,00), respectivamente.

A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (pronunciamento técnico CPC 40).

22. RECEITA OPERACIONAL

A Companhia reconhece, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mercado Interno	71.579	75.782	435.370	412.003
Mercado Externo	173.043	145.590	599.443	622.801
Total de receita bruta	244.622	221.372	1.034.813	1.034.804
Impostos sobre serviços prestados e vendas	(12.619)	(12.092)	(79.695)	(79.926)
Total de receita líquida	232.003	209.280	955.118	954.878

23. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

A composição das informações sobre as despesas e custos por natureza é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Matérias-primas e produtos	(4.957)	(3.859)	(31.684)	(32.184)
Despesa com pessoal	(20.058)	(17.829)	(145.755)	(145.834)
Serviços de terceiros	(17.070)	(15.884)	(68.775)	(62.801)
Despesas com elevação	(27.687)	(23.885)	(116.679)	(118.477)
Gastos com rateio corporativo	(412)	(297)	(1.566)	(1.655)
Gastos com manutenção periódica	-	(1)	(23.811)	(28.927)
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa e de obsolescência de estoque	-	-	347	(78)
Provisão para riscos e depósitos judiciais	(658)	(1.172)	(1.280)	(1.172)
Depreciação e amortização	(50.332)	(49.858)	(219.740)	(212.853)
Efeitos de atualização de saldo a pagar em combinação de negócios	-	-	-	(8.855)
Outras receitas (despesas)	(6.200)	(5.227)	(9.884)	(8.618)
Total	(127.374)	(118.012)	(618.827)	(621.454)
Custos dos serviços prestados	(94.825)	(90.940)	(381.753)	(390.803)
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(31.581)	(25.915)	(133.905)	(120.469)
Outras receitas (despesas) operacionais	(968)	(1.157)	(103.169)	(110.182)
Total	(127.374)	(118.012)	(618.827)	(621.454)

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<u>Receitas Financeiras</u>				
Receita sobre aplicação financeira	14.565	11.440	67.338	34.933
Outras receitas financeiras	274	801	1.918	2.416
Total das Receitas Financeiras	<u>14.839</u>	<u>12.241</u>	<u>69.256</u>	<u>37.349</u>
Juros sobre debêntures obtidas	(74.742)	(60.257)	(259.098)	(199.537)
Juros apropriados de passivo de arrendamento	(11.090)	(11.024)	(38.062)	(32.141)
Juros sobre tributos	-	-	(16)	(502)
Encargos financeiros sobre ações preferenciais	(73.894)	(76.460)	(73.894)	(76.460)
Outras despesas financeiras	(1.353)	(1.114)	(3.706)	(1.909)
Total das Despesas Financeiras	<u>(161.079)</u>	<u>(148.855)</u>	<u>(374.776)</u>	<u>(310.549)</u>
Varição Cambial Líquida	(1.694)	4.637	(3.969)	11.081
Total Resultado Financeiro	<u>(147.934)</u>	<u>(131.977)</u>	<u>(309.489)</u>	<u>(262.119)</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de forma consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, juntamente com o Conselho de Administração, que também é responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

A atividade principal da Companhia consiste em soluções logísticas integradas para a movimentação e elevação portuária, bem como na operação de gestão logística e de armazenamento de grãos. Essas atividades são divididas em duas concessões público-privadas distintas; o Terminal de Grãos do Maranhão (“Consortio Tegram-Itaqui - TEGRAM”) e a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos (CLI Sul).

As operações da Companhia estão separadas geograficamente, e seus resultados são avaliados pela Diretoria Executiva da Companhia de forma distinta.

Nesse contexto, a Companhia concluiu que as informações preparadas e analisadas individualmente pela Diretoria, principal tomadora de decisões operacionais de cada concessão - responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho das mesmas - consideram as seguintes informações financeiras de seus dois segmentos operacionais:

- Operação Norte.
- Operação Sul.

O principal tomador de decisões de cada operação da Companhia não analisa determinadas contas patrimoniais segregadas por segmento operacional. Desta forma, essas informações segmentadas não estão sendo apresentadas.

A principal métrica de desempenho avaliado pela Companhia para gestão dos segmentos operacionais é o EBITDA. O EBITDA é definido como o lucro/(prejuízo) incluindo a depreciação, amortização, resultado financeiro (líquido), variação cambial (líquida) e impostos sobre o Lucro.

Nas tabelas a seguir, apresenta-se a demonstração financeira sumarizada referente aos segmentos das operações da Companhia, consolidadas, para as datas de 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024:

	2025						
	Reconciliação ao lucro (prejuízo) líquido do exercício						
	Receita Líquida (*)	Custo dos serviços prestados (*)	EBITDA (*)	Depreciação/amortização	Resultado Financeiro Líquido	Impostos sobre Lucro	Lucro (Prejuízo)
Operação Norte	232.003	(94.825)	191.691	(50.332)	(147.934)	(15.262)	(21.837)
Operação Sul (i)	723.115	(286.928)	401.070	(169.408)	(161.555)	(24.195)	45.912
Eliminação equivalência	-	-	(36.730)	-	-	-	(36.730)
Consolidado	<u>955.118</u>	<u>(381.753)</u>	<u>556.031</u>	<u>(219.740)</u>	<u>(309.489)</u>	<u>(39.457)</u>	<u>(12.655)</u>
	2024						
	Reconciliação ao lucro (prejuízo) líquido do exercício						
	Receita Líquida (*)	Custo dos serviços prestados (*)	EBITDA (*)	Depreciação/amortização	Resultado Financeiro Líquido	Impostos sobre Lucro	Lucro (Prejuízo)
Operação Norte	209.280	(90.940)	182.857	(49.858)	(131.977)	(11.324)	(10.302)
Operação Sul (*)	745.598	(299.863)	405.151	(162.995)	(130.142)	(54.907)	57.107
Eliminação equivalência	-	-	(41.731)	-	-	-	(41.731)
Consolidado	<u>954.878</u>	<u>(390.803)</u>	<u>546.277</u>	<u>(212.853)</u>	<u>(262.119)</u>	<u>(66.231)</u>	<u>5.074</u>

(*) Informações revisadas pela Diretoria Executiva.

26. ITENS QUE NÃO AFETAM CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outras transações que não envolveram caixa:				
Transferências de intangível para imobilizado	-	-	5.198	-
Adições ao ativo imobilizado e não pagos	-	-	2.415	-
Adição de direito de uso e passivo de arrendamento	227	-	4.382	-
Remensuração do direito de uso e passivo de arrendamento	4.067	4.291	12.874	97.975
Dividendos a receber (a pagar) declarados e não pagos	8.723	-	(2.181)	-

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Liquidação empréstimos entre partes relacionadas

Em 2 de janeiro de 2026, a Companhia liquidou o contrato de empréstimo no montante de R\$160.546 (vide nota explicativa nº 6 - vii), a favor de sua controlada, CLI Sul.

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas a publicação em 16 de março de 2026.